



## Análise de Conjuntura

Estamos vivendo uma mudança na conjuntura. Este novo momento político, marcado por desequilíbrios e conflitos no andar de cima, abre espaço para que avancem as lutas contra a Reforma da Previdência e o governo Bolsonaro. É necessário que as massas trabalhadoras e oprimidas ocupem o centro da luta política, pois sem isso não será possível uma vitória do povo.

Nessa nova conjuntura, alguns aspectos devem ser observados para que possamos intervir em nosso favor.

Entre o Legislativo e o Executivo, destacamos, de um lado, a extrema-direita de posse do Planalto. De outro, a velha representação política burguesa – a direita tradicional – comandando o Congresso. Apesar do esforço do mercado financeiro impondo a intervenção do ministro da economia, Paulo Guedes, para minimizar este conflito, as duas forças não têm acordo sobre como deve funcionar o regime, isto é, sobre qual deve ser o equilíbrio entre as instituições no exercício do poder político.

Quando Bolsonaro fala em nome da “nova política”, ele está se referindo às pretensões autoritárias das forças da extrema direita neofascista, dos militares e do comando da Operação Lava Jato. Seu objetivo é submeter o Congresso (tido como “velha política”) e não compartilhar o poder, tal como estabelecem as normas do “presidencialismo de coalizão”.

Desde o fim da Ditadura Militar o Executivo não governa sem formar uma base parlamentar majoritária. Bolsonaro está subvertendo o modo de funcionamento da Nova República, excluindo os partidos e lideranças de ministérios e cargos, bem como se recusando a negociar a forma-

ção de uma base parlamentar para aprovar as principais medidas do Executivo.

Em resposta, Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados e líder do “centrão”, embora seja patrocinador e entusiasta da Reforma da Previdência, se vê obrigado a ameaçar com uma rebelião parlamentar, barando ou dificultando a aprovação dos principais projetos do governo. Os grandes capitalistas e os principais meios de comunicação pressionam Bolsonaro: querem que ele recue e se dobre às negociações com o Congresso, de modo que haja estabilidade política para aprovação das contrarreformas.

A eleição do candidato do PSL suscitou expectativa de melhora rápida da economia. Muitos brasileiros passaram a virada do ano com essa esperança. Contudo, uma vez mais, a ilusão vai rapidamente cedendo lugar à frustração.



O resultado do PIB de 2018 foi medíocre: crescimento de apenas 1,1%. E o início de 2019 tampouco parece promissor. Os dados econômicos de janeiro, fevereiro e março indicam que teremos mais um ano sem crescimento relevante.

O desemprego, subemprego e desalento seguem em patamares elevadíssimos. As gigantescas e tristes filas de desempregados que se espalham pelas cidades não nos deixam mentir. A essa realidade dramática se somam o arrocho salarial, retirada de direitos e a sensível piora nos serviços públicos essenciais – saúde, educação, moradia etc.

Este cenário de devastação social é agravado pela escalada da violência urbana. Seja pelas mãos da polícia, milícias ou do crime, o alvo principal é a população negra e pobre das periferias e comunidades.

A continuidade e o aprofundamento da política econômica fundamentada no corte de investimentos públicos (ajuste fiscal), contrarreformas sociais e retiradas de direitos acentuará a crise social que atinge o nosso povo. O mal-estar social generalizado na sociedade está longe de terminar.

Neste cenário, segundo a pesquisa Ibope divulgada recentemente, o governo perdeu 15% de popularidade em apenas três meses. Embora Bolsonaro mantenha ainda patamar considerável de apoio, trata-se do menor índice de aprovação de um presidente no início de um primeiro mandato desde FHC.



Alguns detalhes da pesquisa merecem destaque. A queda mais acentuada da aprovação foi na faixa dos que ganham entre dois e cinco salários mínimos, indicando declínio mais rápido do prestígio na classe trabalhadora. Por outro lado, na camada social com renda superior a cinco mínimos, é onde o presidente tem seus melhores resultados – o que sinaliza a permanência do suporte da classe média ao governo. Como era esperado, entre os mais pobres, mulheres, nordestinos e negros, Bolsonaro tem seus maiores índices de rejeição.

Se a dinâmica constada pelo Ibope se mantiver, poderemos ter uma trajetória de inversão em pouco meses: com a rejeição assumindo proporção semelhante ao nível de aprovação, ou até mesmo superando este último. O anúncio da Reforma da Previdência; o sentimento de frustração com a estagnação econômica; os escândalos envolvendo seu filho, Flávio Bolsonaro; as ligações com as milícias; as repetidas demonstrações de despreparo e incompetência; além de declarações ofensivas e preconceituosas; ajudam a explicar a desidratação precoce da popularidade presidencial.

Os grandes empresários e banqueiros mantêm o suporte ao governo, especialmente em razão da política econômica comandada por Paulo Guedes. Há amplo consenso no andar de cima em relação à aplicação de um ajuste fiscal brutal, reformas selvagens e amplas privatizações a preço de banana. Porém, não há acordo na burguesia sobre o projeto autoritário de Bolsonaro. A maior parte da classe dominante está contra uma aventura autoritária de extrema direita que leve à derrubada do regime vigente desde o fim da Ditadura Militar. Além disso, os capitalistas se preocupam com o despreparo e a incapacidade desconcertantes demonstradas até aqui por Bolsonaro.

Não por outro motivo, a elite empresarial cortejou o general Mourão em encontro na Fiesp, na última terça-feira (26/03). O recado implícito foi: se Bolsonaro não conseguir implementar o plano econômico ultraliberal, começando com a Reforma da Previdência, e garantir a estabilidade política, pode ser descartado por alguém mais “habilidoso”.

Os trabalhadores acumularam derrotas sucessivas nos últimos anos. Em todos âmbitos – do econômico ao ideo-



lógico, passando pelo social e o político – houve retrocessos para nossa classe, apesar das inúmeras e valiosas lutas de resistência que existiram.

Mas as energias não foram completamente dissipadas. Depois de um período de refluxo, o movimento organizado dos trabalhadores deu um passo efetivo no dia 22 de março. E fez isso animado pela corajosa e contagiante luta das mulheres, cujo movimento constitui a vanguarda das mobilizações e da organização popular de esquerda no Brasil.

O movimento de mulheres, com destaque para o de mulheres negras, levou mais de 1 milhão às ruas nos atos do #EleNão em setembro do ano passado; protagonizou importantes manifestações no dia 8 de março e no aniversário da execução de Marielle e Anderson, no último dia 14, quando, em diversas cidades brasileiras, a pergunta “quem mandou matar” foi feita publicamente, enquanto evidências circulavam, apontando a proximidade da família Bolsonaro dos agentes da execução.

O dia 22 de março, além de ter levado às ruas setores importantes das categorias mais organizadas da classe trabalhadora, com destaque ao setor da educação, significou um avanço na construção da luta unitária contra a Reforma Previdenciária e o governo. Praticamente todas as organizações sindicais e políticas dos trabalhadores estiveram engajados nas mobilizações.

A luta dos explorados e oprimidos ainda não está no centro da conjuntura. Mas o primeiro passo foi dado. O desafio central nos próximos meses é fazer com que o movimento organizado – em frente única – consiga se massificar e, assim, ter força para barrar as contrarreformas e abrir espaço para a derrota do governo.

**A crise instalada no andar de cima abre uma brecha para o avanço da luta social e política.  
É preciso aproveitá-la!**

A primeira tarefa consiste na disputa da consciência das amplas massas trabalhadoras e oprimidas. O sentimento de mal-estar social, a impopularidade da Reforma da Previdência e a frustração crescente com o governo precisam e devem ser disputados pela esquerda.

É necessário explicar a todos e cada um o significado concreto da nefasta Reforma da Previdência, bem como a necessidade da organização e da mobilização para a defesa do direito à aposentadoria. Neste sentido, os ativistas devem aproveitar todas as oportunidades, como reuniões, assembleias, panfletagens, debates, aulas, bate papos etc, para ampliar ao máximo possível o trabalho de base. Ao mesmo tempo, é fundamental que o conjunto das organizações sindicais e políticas (centrais, sindicatos, movimentos sociais, frentes de luta e partidos de esquerda) constituam de modo unificado um Comando Geral Nacional – para deflagrar um calendário de mobilização que enterre essa Reforma da Previdência e derrote Bolsonaro!

**O ponto de partida deve ser a convocação de um novo Dia Nacional de Lutas no mês de abril, rumo à Greve Geral. Não temos tempo a perder!**

Junto ao enfrentamento contra a Reforma da Previdência e demais ataques econômicos e sociais do governo, é preciso manter e aprofundar a mobilização em defesa das liberdades democráticas ameaçadas. A ordem de Bolsonaro para que os quartéis comemorassem o golpe de 1964 não deve ter seu significado subestimado. Neste momento, a exigência de justiça para Marielle e Anderson – quem mandou o vizinho do Presidente da República matar Marielle? – e da libertação imediata de Lula, um preso político da Lava Jato e do golpe, constituem duas bandeiras democráticas centrais.

**Vamos à luta!**

# Ditadura Nunca Mais!

O pronunciamento do porta-voz do governo Bolsonaro, confirmando a determinação de que as Forças Armadas façam as “comemorações devidas” nos quartéis durante a passagem dos 55 anos do Golpe Militar de 1964, provocou uma ampla reação.

Imediatamente, lideranças da oposição no Congresso Nacional se pronunciaram e até mesmo o Ministério Público e a Defensoria Pública Federal repudiaram a orientação e cobraram explicações ao Presidente.

Nas redes sociais, a revolta foi ainda maior. Dezenas de atos foram marcados e as iniciativas que já estavam agendadas por grupos de Direitos Humanos e em defesa das vítimas da ditadura ganharam reforços. O último domingo, 31/03, foi um Dia de Luta, em que fomos às ruas, lembramos dos mortos e desaparecidos da Ditadura e dos milhares que morrem todos os dias nas periferias, no campo e na floresta, vítimas das forças de segurança e de pistoleiros.

O pronunciamento foi visto como mais do que uma provocação de um Presidente que, quando deputado e durante a campanha, reivindicou abertamente a Ditadura Militar e elogiou torturadores, como Carlos Alberto Brilhante Ustra – além de tecer elogios aos ditadores Pinochet (Chile) e Stroessner (Paraguai).

A iniciativa é uma tentativa de reescrever a história, de negar o golpe, o fechamento das instituições, a tortura e os assassinatos. A Ditadura existiu, o golpe teve apoio das empresas e do imperialismo norte-americano, e, assim como em quase todo o continente, foi sangrento, responsável pela morte e tortura de oponentes.

Não se pode apagar a história, assim como não é possível negar a escravidão no Brasil e sua herança para os dias de hoje. Da mesma forma, não é possível depositar con-



fiança em setores da cúpula militar que integram o governo e, agora, procuram evitar comemorações. Estes setores hoje buscam fazer “política” e se apresentar como alternativa diante das trapalhadas e bizarrices de Bolsonaro e do PSL. Em especial, tentam se mostrar como opção ao grande empresariado, como demonstrou a fala do vice-presidente Mourão, na Fiesp.

Mas esta cúpula militar nem de longe é democrata e, de fato, sempre reivindicou abertamente o golpe de 1964, tratando os militares deste período como heróis. É esta cúpula que atuou para que os crimes da ditadura permanecessem impunes até hoje. Se agora amenizam o discurso e evitam o confronto é porque entendem que isso pode atrapalhar a condução de suas prioridades, como a Reforma da Previdência.

É preciso lembrar dos erros do passado para evitar que se repitam, não para celebrá-los. É preciso responder à altura as provocações da extrema direita, que exaltam a Ditadura, ameaçam as liberdades democráticas, e perseguem ativistas, mulheres, negros, negras e LGBTQs.



# Fórum Sindical, Popular e da Juventude por Direitos e Liberdades Democráticas

Por iniciativa do Andes-SN, na qual o SINASEFE se incorporou desde o primeiro momento, surgiu no Brasil um espaço político que defende a mais ampla unidade da classe trabalhadora e do povo pobre brasileiro, em frente única de ação com todos que estejam dispostos a lutar, mas não esquecendo da necessária tarefa de construir uma alternativa da classe trabalhadora para superação da crise.

Esta nova conjuntura que se abriu com as manifestações espontâneas do carnaval e criou musculatura em atos vitoriosos convocados de forma unitária – como o Dia Internacional da Mulher (08/03), um ano da morte de Marielle (14/03) e o Dia Nacional de Lutas contra a Reforma da Previdência (22/03) –, justificam a queda de 15% da aceitação de Bolsonaro.

O Fórum Pelos Direitos e Liberdades Democráticas tem dialogado com as centrais sindicais para ampliar a reunião das centrais, incorporando outras iniciativas de resistência, como a Frente Povo Sem Medo, a Frente Brasil Popular e o próprio Fórum, numa ampla frente única em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Neste momento, acreditamos que a movimentação defendida pelo Fórum para transformar o dia de greve dos trabalhadores em educação (26/04) num Dia Nacional de Lutas de toda a classe trabalhadora é muito importante para nos mantermos nas ruas!

Outras iniciativas estão sendo articuladas. Em 27, 28 e 29 de maio, em Brasília-DF, teremos um Seminário no qual o Fórum Pelos Direitos e Liberdades Democráticas debaterá – junto com o movimento Jubileu Sul e a Via Campesina – a Reforma da Previdência do governo Bolsonaro (PEC 6/2019). O SINASEFE convoca suas bases à participação neste Seminário e, também, à construção do Fórum!



# Estamos com Moçambique!

Moçambique foi castigada neste mês de março pelo ciclone tropical Idai, que já fez mais de 130 vítimas fatais e atingiu uma população de mais de 1 milhão de pessoas, deixando milhares feridos e desabrigados. Além de Moçambique, Idai também atingiu ferozmente o leste do Zimbábue e o sul do Malawi.

A situação no país do sudeste africano é grave. As crianças estão voltando às escolas que, hoje, não possuem mais telhas ou tetos. Plantações foram destruídas e o abastecimento alimentar da população está sob risco. Casos de cólera dispararam e outras epidemias devem surgir em curto espaço de tempo. É necessário que uma rede internacional de apoio e solidariedade abrace Moçambique.

Cuba, com todas as limitações que o embargo dos Estados Unidos impõe à sua economia, enviou uma grande ajuda humanitária por meio de uma comitiva de mais de 40 médicos.

Já os empenhos de Brasil e Estados Unidos, que em fevereiro se mostravam muito preocupados com questões humanitárias na Venezuela, foram praticamente nulos, quase se restringindo ao campo da formalidade.

O Brasil enviou inicialmente a quantia de 100 mil euros (R\$ 438 mil) e, em 29/03, após pedido de ajuda humanitária do presidente moçambicano Filipe Nyusi, mandou 20 soldados da Força Nacional ao país. Muito pouco!

O motivo dessa “mobilização” de EUA e Brasil tão tímida por Moçambique e tão voraz pela Venezuela não deixa

nenhuma dúvida: não é a ajuda humanitária que está sendo levada em questão, mas as reservas de petróleo – coisa que a Venezuela tem e Moçambique não!



## Sobre o país

Moçambique tem cerca de 30 milhões de habitantes. A República é jovem, tendo sido fundada em 1975, após a independência da colônia portuguesa. Depois de passar mais de uma década em guerra civil, o país possui hoje um governo democrático, sob a liderança da Frente de Libertação de Moçambique, conhecida como Frelimo, a mesma que liderou o processo de independência do país.

## Expediente

Esta é uma publicação do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte. Textos escritos por David Lobão (coordenação geral) e José Luiz Papa (1ª tesouraria).

Diretores de Comunicação: Lucrécia Iacovino e Michel Torres

Edição e revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)

Design Gráfico: Flávia Destri Garcia

Contatos: [dn@sinasefe.org.br](mailto:dn@sinasefe.org.br) e [imprensa@sinasefe.org.br](mailto:imprensa@sinasefe.org.br)

Acesse nosso site: [www.sinasefe.org.br](http://www.sinasefe.org.br)

## Filiado à

